

ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE DUAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TERESINA/PIAUI

Evaneuda Araújo Rodrigues*

RESUMO

O presente artigo pretende mapear os percentuais de adequação da formação docente (AFD) em duas escolas de ensino médio de Teresina – PI. Resultante de consulta e análise de dados secundários, este estudo tem natureza bibliográfica com abordagem de cunho qualitativo, com a participação de duas escolas, sendo uma de ensino regular e outra com jornada de tempo integral. Os dados foram coletados por meio de observações nas bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Observou-se que o percentual de docentes com nível superior da “Escola A” (regular) superou o da “Escola B” (tempo integral). Na comparação dos dados do Brasil, do Piauí e da rede estadual, verifica-se que os resultados do indicador são superiores nas duas escolas, porém, é preciso reforçar que as escolas de tempo integral podem apresentar nos seus quadros docentes, professores sem formação superior para ministrar as oficinas das atividades complementares. A pesquisa apresenta limitações porque o universo da escola de tempo integral não leva em conta todos os fatores ligados à concepção de tempo integral, o que não era o propósito do pesquisador; outra limitação do estudo foi desconsiderar o resultado do desempenho dos estudantes em avaliações externas, no entanto como proposta de estudos futuros sugere-se uma investigação mais aprofundada, evidenciando os indicadores de desempenho das escolas pesquisadas em avaliações externas, ou por que não pensar na análise de outros fatores contextuais associados ao desempenho?

Palavras-chave: Ensino Médio. Adequação da Formação Docente. Tempo Integral.

1 INTRODUÇÃO

Conforme pontua Carvalho (2018, p.12), “[...] a educação é fator estratégico no processo de desenvolvimento social e econômico do país [...]”, deve, portanto, funcionar como objeto de definições de políticas públicas pelos gestores que se preocupam em oferecer o atendimento adequado à demanda por educação, ou seja, garantia de acesso e permanência com qualidade e sucesso aos alunos nas escolas. A partir dessa afirmação, é importante entender como se apresentam alguns indicadores educacionais, principalmente em relação ao Ensino Médio, uma vez que é uma das etapas de ensino da educação básica que mais tem apresentado desafios para os gestores dos sistemas educacionais e redes de ensino.

Na definição de Pontes (2020, p. 2-3), “[...] os indicadores educacionais são medidas específicas que têm por objetivo transmitir uma informação referente a uma dimensão particular e relevante da educação, expressando-se através de números que sintetizam essa

* Técnica de Ensino da Coordenação de Avaliação Educacional e Currículo. Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Piauí, Especialista em Linguística. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. E-mail: evaneudarodrigues@seduc.pi.gov.br

dimensão [...]”. O autor argumenta que há um grande número de indicadores, e grandes diferenças quanto à sua seleção e tipologia, porque estão relacionados às especificidades e aos pontos de maior interesse das respectivas instituições que os produzem e os divulgam. Como exemplos mais comuns de indicadores, utilizados no Censo Escolar, têm: o número de matrículas, as taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono), a adequação da formação docente, dentre outros.

Em relação ao indicador de Adequação da Formação Docente, Carmo et al. (2015, p. 15) apresenta a mesma definição usada pelo INEP, ou seja, representa “[...]a proporção de professores de cada unidade escolar que lecionam no ensino médio e possuem formação adequada à disciplina ministrada[...]”. Consoante a Nota Técnica Indicador da Formação docente, a avaliação deste indicador depende da área de atuação do professor, isto é, da(s) etapa(s) da educação básica em que leciona e disciplina(s) que ministra. Portanto, em última instância, o que se está avaliando são as docências oferecidas pela escola e seu corpo docente aos discentes (INEP, 2014). Este é o fator analisado no presente trabalho que pretende mapear os percentuais de adequação da formação docente (AFD) em duas escolas de ensino médio de tempo parcial e integral de Teresina – PI. A série histórica analisada é o período de 2015 a 2019 e a base de dados utilizada foi o Portal do Inep, na aba Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais: Indicadores educacionais – Adequação da Formação Docente. A pesquisa considera importante investigar como está o indicador da formação docente do Ensino Médio na escola de Tempo Integral e na escola de jornada regular, visto que nas escolas de Tempo Integral os professores são lotados em regime de dedicação exclusiva e dispõem de carga horária diferenciada, o que supostamente poderá indicar a possibilidade de melhor desenvolver um trabalho mais eficaz com os estudantes. Outra hipótese a ser observada no trabalho decorre da seleção que os profissionais que atuam nas escolas de Tempo Integral precisam enfrentar, pois esses docentes fazem jus a uma bonificação financeira especial que os demais professores que são lotados nas escolas de tempo parcial não têm direito. Um dos critérios de seleção é a formação na área de atuação, e isso pode indicar que o indicador de adequação da formação docente é melhor na escola de tempo integral.

Investigar esta problemática aponta para uma reflexão acerca dos desafios enfrentados cotidianamente pelo professor no processo de compreender a associação entre a sua formação acadêmica e a disciplina por ele ministrada. Este estudo pode trazer contribuições importantes para os educadores, considerando que o exercício da profissão de magistério exige alguns requisitos do professor que são imprescindíveis à sua prática e à aprendizagem dos alunos.

A política pública da educação integral figura no cenário brasileiro desde 1932 com os pioneiros da Educação Nova, dos quais Fernando Azevedo e Anísio Teixeira são os principais defensores. Na década de 1980 no governo de Leonel Brizola tivemos outro ensaio de experiência de educação integral com os Centros Integrados de Educação Pública (Ciep’s) de Darcy Ribeiro e em 1990 no governo de Fernando Collor/Itamar Franco com os Centros Integrados de Atenção à Criança (Ciac’s) e Centros de Atenção Integral à Criança (Caic’s). (GADOTTI, 2009).

Essas primeiras iniciativas de educação integral representam um caminho para garantir uma educação pública de qualidade (GADOTTI, 2009). A partir da divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2005 (IDEB) e preocupados em garantir um ensino de qualidade aos estudantes do país o Governo Federal traz novamente à tona a necessidade de implementar a educação integral como forma de garantir o direito de aprender aos estudantes matriculados em escolas públicas dos estados, municípios e do Distrito Federal, com o lançamento do Programa Mais Educação. Programa criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/2010, representa uma estratégia do Ministério da Educação para indução da política de educação integral nas redes

estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, mas também amplia as oportunidades educativas de crianças, adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2007; 2010).

Além disso, merecem destaque ainda as iniciativas relacionadas mais especificamente ao ensino médio, pois, de acordo com Gawryszewski (2018, p. 830) somente a partir de 2013, através da Lei nº 12.796, que alterou a LDB 9394/96, é que “[...] o Estado deve assegurar o ensino médio em oferta pública e gratuita, a todos os estudantes da Educação Básica, e também obrigação da família em matricular as crianças e adolescentes na escola dos 4 aos 17 anos de idade[...].” (BRASIL, 2013). Portanto, percebe-se essa etapa de escolarização como o principal gargalo do sistema educacional.

A escola de tempo integral foi implantada como Programa piloto no estado do Piauí no ano de 2009, com a inclusão de 14 escolas de Ensino Fundamental e Médio. Desde então, o número de escolas que aderiram a essa política pública só tem aumentado e no ano de 2020 já alcança 96 escolas contempladas. É importante destacar ainda, que a rede estadual pública de ensino do Piauí, organiza-se em 21 Gerências Regionais de Ensino (GRE’s), das quais 05 (cinco) possuem sede localizada em Teresina e as demais, localizam-se em cidades do interior do Estado.

Para efeito desta análise serão abordados os resultados de percentual de AFD do ensino médio, em uma escola regular (jornada de tempo parcial) e em uma de tempo integral da 19ª Gerência Regional de Ensino (19ª GRE), também denominada Teresina Sul. Apesar de haver 16 escolas na citada GRE, esta pesquisa será limitada a 02 (duas) instituições devido ao fato de que o corpus da observação era o Ensino Médio e apenas uma escola de tempo integral de ensino médio foi contemplada com a política desde o início.

A opção por esta regional se fundamenta no fato de a pesquisadora ser responsável pelo monitoramento da mesma, favorecendo a análise e/ou interpretação das informações. Para preservação ética da pesquisa os nomes das duas escolas analisadas foram substituídos pela denominação escola A (escola de ensino regular), situada na região central de um bairro de classe baixa, atende a 845 estudantes de várias periferias do entorno e apresenta uma demanda muito grande por matrículas nos turnos, matutino, vespertino e noturno, dos quais 210 alunos são exclusivos da 3ª série do Ensino Médio. A escola B (escola de tempo integral), também está localizada em um bairro de classe baixa, atende 347 estudantes provenientes de várias regiões, dentre estes, 109 estão matriculados na 3ª série do Ensino Médio; oferta uma quantidade limitada de vagas, e devido a demanda por matrícula ser numerosa, precisa realizar teste seletivo com os interessados em estudar na referida escola. (BRASIL, 2019).

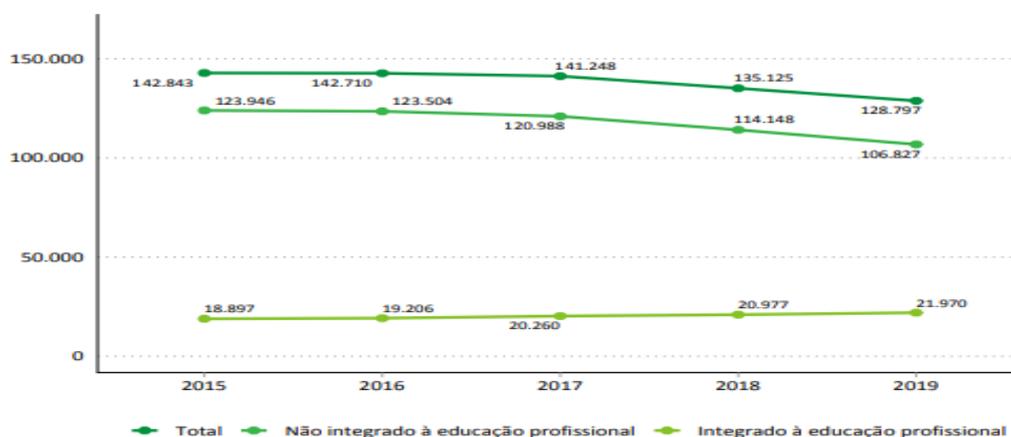
No presente estudo, trazemos brevemente essa introdução. Na primeira seção, contextualiza-se o ensino médio da rede estadual do Piauí, através de uma descrição sobre o panorama geral da rede. A segunda seção apresenta a política de tempo integral implementada no Estado. Na terceira seção discute-se, explica-se e se aborda o indicador investigado na análise: adequação da formação docente. É importante destacar que nesta seção apresenta-se a fundamentação teórica acerca das reflexões, dos resultados que a política trouxe para a rede e analisam-se os dados relacionados aos pontos chave observados na rede estadual, GRE e escolas pesquisadas. A última seção apresenta as considerações finais da análise comparativa. A fundamentação teórica contou com a contribuição de estudos de BRASIL (1996; 2010; 2013; 2019) Carmo et al (2015), Carvalho (2018), Gadotti (2009), Gawryszewski (2018), Pontes (2020), dentre outros.

Parte inicial do artigo na qual devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo.

2 ENSINO MÉDIO DO PIAUÍ: 2015-2019

De acordo com o resumo técnico do Censo Escolar da Educação Básica do Estado do Piauí, em 2019, foram registradas 128.797 matrículas no ensino médio. Esse valor é 9,8% menor do que o número de matrículas registradas para o ano de 2015, o que representa uma queda no número efetivo de estudantes. O ensino médio não integrado à educação profissional apresentou uma redução de 13,8% no número de matrículas entre 2015 e 2019, pois registraram 123.943 matrículas em 2015 e apenas 106.827 matrículas em 2019, já o ensino médio integrado à educação profissional apresentou um aumento de 16,3% no mesmo período, uma vez que saiu de 18.897 em 2015 e alcançou 21.970 matrículas em 2019, conforme demonstra ilustração do gráfico 01(INEP, 2019).

Gráfico 01 - Número de matrículas no Ensino Médio (total, integrado e não integrado à educação profissional) - Piauí - 2015 - 2019



Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. (2019)

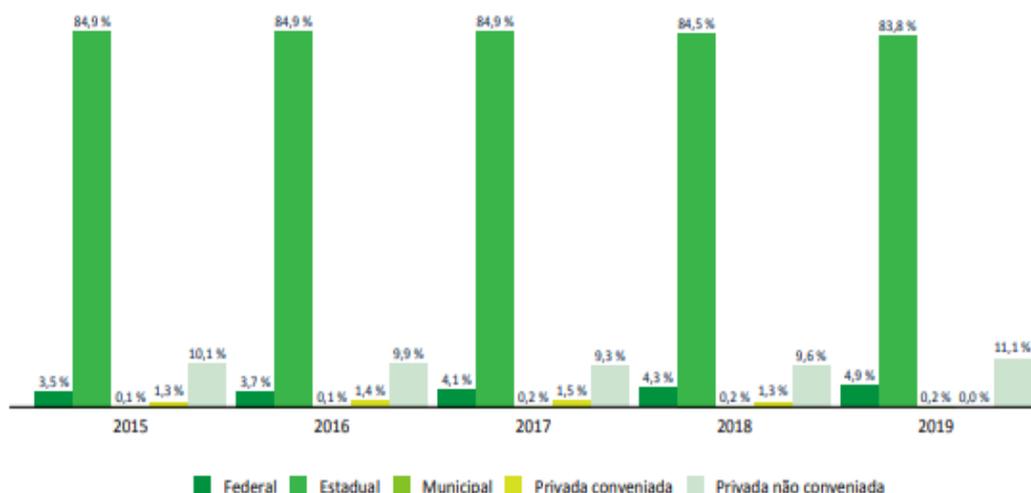
A rede estadual possui a maior participação na matrícula do ensino médio com 83,8% das matrículas, sendo seguida pela rede privada (11,1%); já em relação ao percentual de matrículas da rede estadual, constata-se que permanece inalterado no período compreendido entre os anos de 2015 e 2017, seguidos de uma queda de 1,1 pontos entre 2017 e 2019. No período de 2015 a 2019, a participação das matrículas das escolas da rede privada caiu 0,3 pontos, segundo demonstra o gráfico 02 a seguir (INEP, 2019).

Acerca da categoria das escolas privadas, o Caderno de Conceitos e Orientações do Censo Escolar dispõe a seguinte classificação:

- a) **Particular:** Escola instituída e mantida por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, que cobra pelos serviços educativos prestados e não se enquadra como comunitária, confessional ou filantrópica.
- b) **Comunitária:** Escola instituída por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais sem fins lucrativos que incluem em sua entidade mantenedora representantes da comunidade.
- c) **Confessional:** Escola instituída por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e a ideologia específica.
- d) **Filantrópica:** Escola instituída por pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida como entidade beneficente de assistência social, com a finalidade de prestação de serviços na área de educação, e que atende aos critérios da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.
- e) **Conveniada com o poder público:** Acordo celebrado entre o poder público – secretaria estadual e/ou municipal – e entidades privadas sem fins lucrativos, mediante mútua colaboração, com vistas a descentralizar a execução de programa ou

projeto na área educacional, com duração definida. O instrumento pode compreender convênio, acordo de cooperação técnica, repasse de recursos, prestação de serviços, entre outros instrumentos congêneres para manutenção e desenvolvimento de ensino, conforme Art. 70 e 71 da lei 9.394/1996. (INEP, 2019. p. 12).

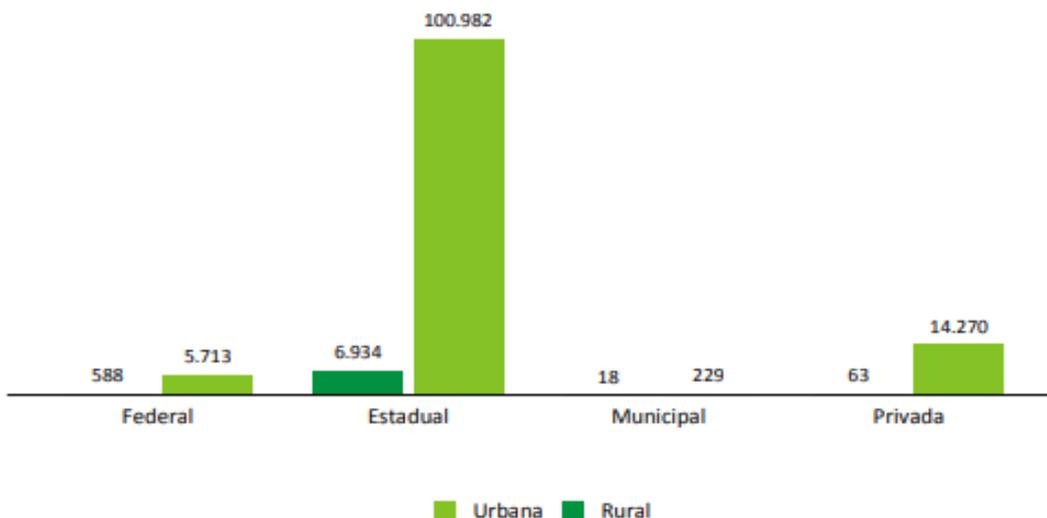
Gráfico 02: Percentual de matrículas no Ensino Médio segundo a dependência administrativa (rede privada separada em conveniada e não conveniada com a rede pública) - Piauí - 2015 - 2019



Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. (2019)

Ao avaliar como o número de matrículas do ensino médio está distribuído em relação à localização, observa-se que 121.194 matrículas, o que representa 94,1% das escolas (federais, estaduais, municipais e privadas) do ensino médio localizadas em escolas urbanas. e 99,2% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública, seja federal, estadual ou municipal, que se verifica analisando o gráfico 03 (INEP, 2019. p.29). É importante destacar que as 02 (duas) escolas objeto dessa pesquisa, localizam-se em área urbana.

Gráfico 03 - Número de matrículas no Ensino Médio segundo a dependência administrativa e a localização da escola - Piauí - 2019

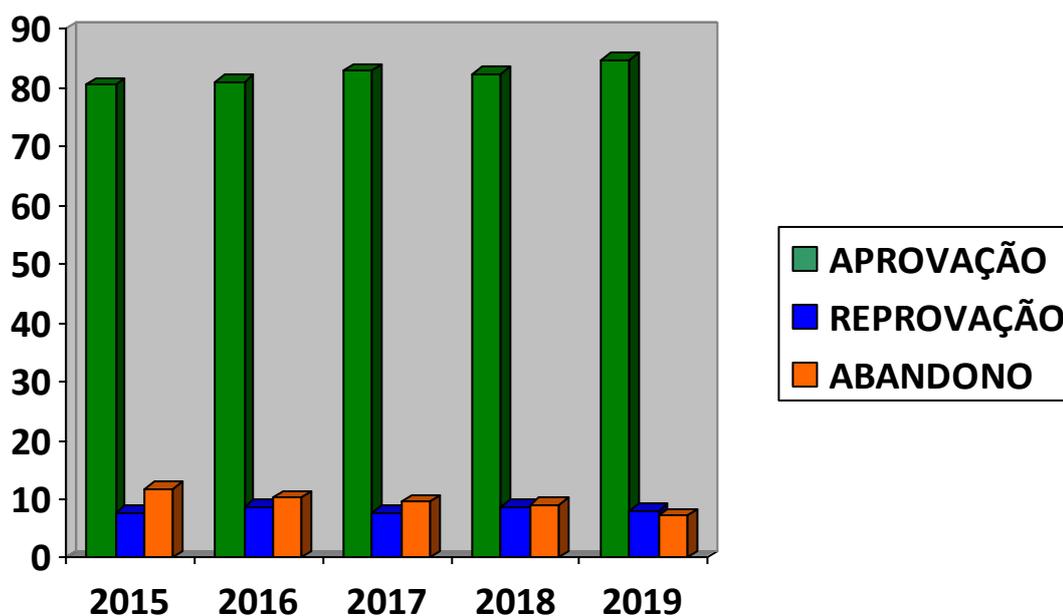


Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica (2019)

De acordo com a publicação Geografia da Educação Brasileira, a partir do indicador de rendimento, ao final do ano letivo o aluno matriculado é avaliado quanto ao preenchimento dos requisitos de aproveitamento e frequência, podendo ser considerado aprovado, reprovado ou afastado por abandono. Desta avaliação são calculadas as taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono. (INEP, 2000).

Analisando o gráfico 04, sobre as taxas de rendimento do ensino médio piauiense, é possível perceber, que o índice de Aprovação registrou um crescimento de 3,2 pontos percentuais (p.p), saindo de 81,5% em 2015 e atingindo 84,7% em 2019. Quanto ao indicador de Reprovação, se olhar apenas para os anos de 2015 e 2019, poderia afirmar que aumentou 0,3 p.p. No entanto, o gráfico demonstra uma oscilação, visto que se mede 7,8% (2015), 8,8% (2016), 7,7% (2017), 8,8% (2018) e 8,1% (2019). Em relação às taxas de abandono, verifica-se uma redução no período em análise, saindo de 11,8% em 2015 e chegando a 7,2% em 2019. Embora, em termos relativos esse número seja baixo, mas quando considerado em valores absolutos, percebe-se que o direito ao acesso e permanência com sucesso previsto no artigo 206 da Constituição Federal. (BRASIL, 1988).

Gráfico 04: Taxas de rendimento do ensino médio piauiense –2015 – 2019

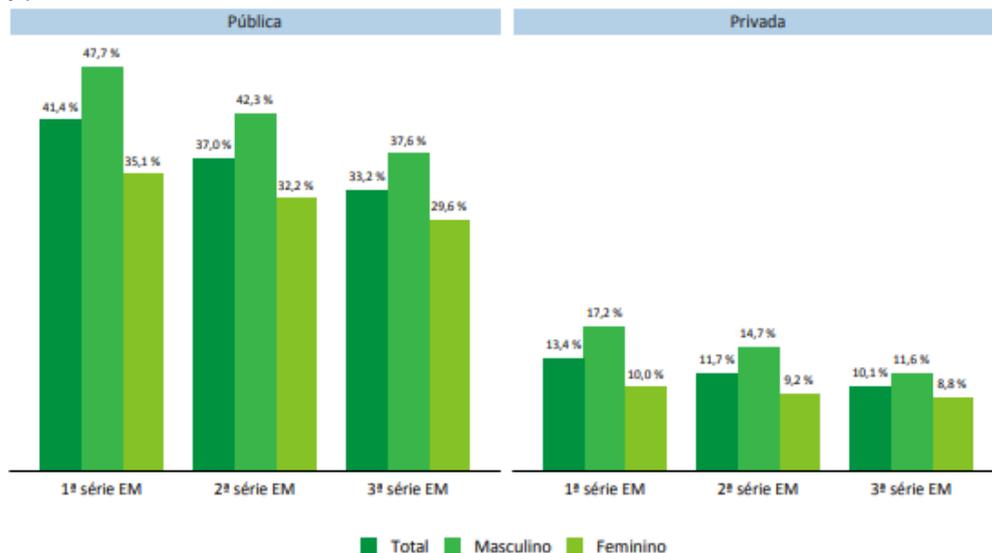


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo da Educação Básica (2019)

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira “[...] em um sistema educacional seriado existe uma adequação teórica entre a série e a idade [...]” (INEP, 2000). No caso do Brasil, a faixa etária para o Ensino Médio vai de 15 a 17 anos. Este indicador permite relacionar o percentual de alunos, em cada série, que se encontra com idade superior a recomendada. Analisando o gráfico 05, que retrata o contexto piauiense, as taxas de distorção do ensino médio são mais elevadas na rede pública do que na privada. Na rede pública, a maior distorção foi observada para a primeira série, com taxa de 41,4%. Similarmente ao ensino fundamental, para ambas as redes, os alunos do sexo masculino apresentaram taxas de distorção idade-série maiores para todas as séries do ensino médio. A maior discrepância na taxa de distorção pode ser observada na primeira série da rede pública, que apresenta uma diferença de 12,6 p.p. (INEP, 2019. p. 30-31). Vale ressaltar ainda que os

maiores percentuais de distorção idade-série, relacionam ao sexo masculino, tanto em escolas públicas quanto nas privadas, como é possível perceber no gráfico abaixo:

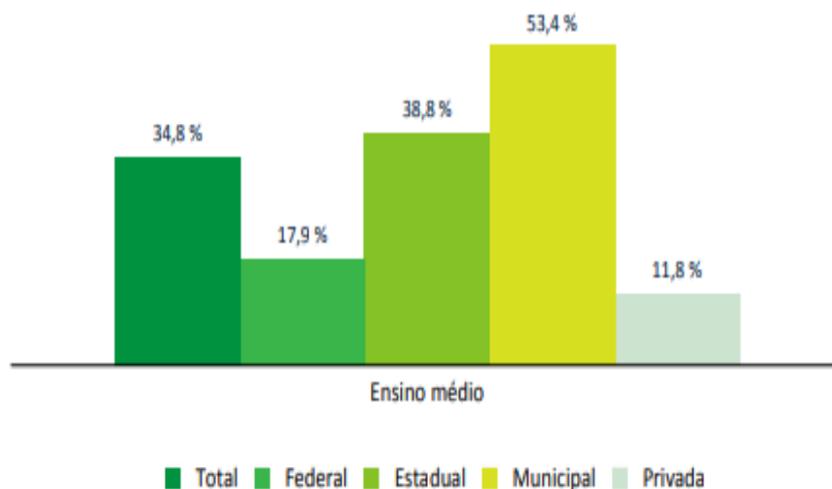
Gráfico 05: Taxa de distorção idade-série do ensino médio por rede de ensino e sexo – Piauí – 2019.



Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica (2019).

A taxa de distorção idade-série do ensino médio piauiense considerando a dependência administrativa atingiu o percentual total de 34,8%. No cenário exclusivo de escolas estaduais, observa-se que o índice atingiu o patamar de 38,8%. Chama atenção o número percentual que as escolas municipais alcançaram 53,4% dos estudantes de ensino médio com idade superior a recomendada para a etapa de escolarização, como se percebe no gráfico 06. (INEP, 2019. p. 31)

Gráfico 06: Taxa de distorção idade-série do ensino médio por dependência administrativa – Piauí – 2019



Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. (2019)

No estado, o ensino médio foi ofertado por um total de 659 escolas em 2019. Nos últimos cinco anos houve um aumento de 2,6% no número de escolas que oferecem essa etapa

de ensino, conforme demonstrado no Gráfico 07. Na rede pública, o aumento foi de 3,7%, saindo de 514, em 2015, para 533 escolas, em 2019. Já na rede privada, a queda foi de 1,6%. (INEP, 2019, p.61).

Gráfico 07: Evolução do número de escolas de Ensino Médio por rede (pública ou privada) - Piauí - 2015 - 2019



Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. (2019)

Quando avaliada a distribuição das escolas por dependência administrativa, percebe-se que a rede estadual é a que dispõe de um maior número de escolas. Das escolas de ensino médio, 77,5% são da rede estadual, seguidas pela rede privada com 19,1% das escolas. (INEP, 2019, p. 62)

3 EDUCAÇÃO INTEGRAL E ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO PIAUÍ

A escola de tempo integral brasileira está regulamentada pela Constituição Federal de 1988 a partir da conjugação dos artigos 6º e 205º, quando determinam que todos têm direito à educação. Já a LDB 9394/96, no seu artigo 34º prevê “a critério dos sistemas de ensino, ampliação da jornada escolar para o regime de tempo integral”. Outro documento que fundamenta o tempo integral é o Plano Nacional de Educação (PNE) com a proposta da ampliação da jornada escolar. (BRASIL, 1988; 1996; PNE-2014).

O PNE apresenta a escola de tempo integral como aquela cuja jornada de permanência do aluno seja no mínimo de 7 horas diárias para as esferas da educação infantil e ensino fundamental (BRASIL, 2001). Consoante regulamenta a Lei nº 13.005/14, na meta nº 6, define-se a promoção da escola de tempo integral em 50% das escolas públicas, visando o atendimento de 25% da população escolar, além de reafirmar que a escola de tempo integral deve funcionar em período igual ou superior a 7 horas diárias. (PNE, 2014; BRASIL, 2011).

Diante disso, é imprescindível educar integralmente o homem, visto que:

A concepção de educação integral que a associa à formação integral traz o sujeito

para o centro das indagações e preocupações da educação. Agrega-se à ideia filosófica de homem integral, realçando a necessidade de desenvolvimento integrado de suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais, resgatando, como tarefa prioritária da educação, a formação do homem, compreendido em sua totalidade. (GUARÁ, 2006, p.16).

Guará enfatiza a importância da formação integral do homem tendo em vista que este é um ser integral. O que se pode perceber com esta afirmação é que a educação precisa estar focada nas especificidades dos sujeitos envolvidos. Como um ser integral, a sua formação deverá considerar os vários aspectos desta integralidade. Pensar a formação humana no contexto da integralidade requer dos docentes um maior comprometimento com o processo de ensinar-aprender, bem como, com o desempenho do educando expressos como resultados da aprendizagem. Para tanto, é preciso que o docente incorpore os meios necessários para que a aprendizagem se efetive e seja significativa.

A educação Integral tem sido apontada como caminho para garantir uma educação pública de qualidade. Assim, como pontua Gadotti, “a educação se dá em tempo integral, na escola, na família, na rua, em todos os turnos, de manhã, de tarde, de noite, no cotidiano de todas as experiências e vivências” (GADOTTI, 2009, p. 22). No entanto, é válido compreender que a educação integral é uma concepção da educação e, portanto, não pode ser confundida com o horário integral, o tempo integral ou a jornada integral, uma vez que é uma concepção de educação geral, abrangendo o ser na sua totalidade, em todas as suas dimensões e ofereça oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes. Para efeito deste trabalho, utilizou-se o conceito de tempo integral.

Gadotti (2009, p.36) afirma que “[...] o tempo integral deve ser opção voluntária da escola ou de um conjunto de escolas. Não pode ser imposto [...]”. Desta forma para sua implantação nas escolas é necessário “preparo técnico-político e formação, tanto dos pais quanto dos alunos, dos professores e demais funcionários da escola.

Segundo aponta Gadotti (2009, p.38):

“[...] a escola de tempo integral deve apresentar os seguintes objetivos: educar para e pela cidadania; criar hábitos de estudo e pesquisa; cultivar hábitos alimentares e de higiene; suprir a falta de opções oferecidas pelos pais ou familiares; ampliar a aprendizagem dos alunos além do tempo em sala de aula [...]”.

A partir dessa concepção, o governo do estado do Piauí implementou a escola de tempo integral, no ano de 2009, como projeto piloto, com a inclusão de 14 escolas de Ensino Fundamental e Médio, distribuídas nos municípios de Parnaíba (Primeira GRE): uma escola; Teresina (Quarta GRE, 19ª GRE, 20ª GRE e 21ª GRE): 08 escolas; Campo Maior (Quinta GRE): 01 escola; Regeneração (Sexta GRE): 01 escola; Oeiras (Oitava GRE): 01 escola; São Raimundo Nonato e Guaribas (13ª GRE): 01 escola em cada município. Desde então, o número de escolas que aderiram a essa política pública só tem aumentado e no ano de 2020, segundo a SEDUC/PI, são 96 instituições de ensino que funcionam em tempo integral dentre os níveis fundamental e médio mantidas pelo Governo do Estado do Piauí.

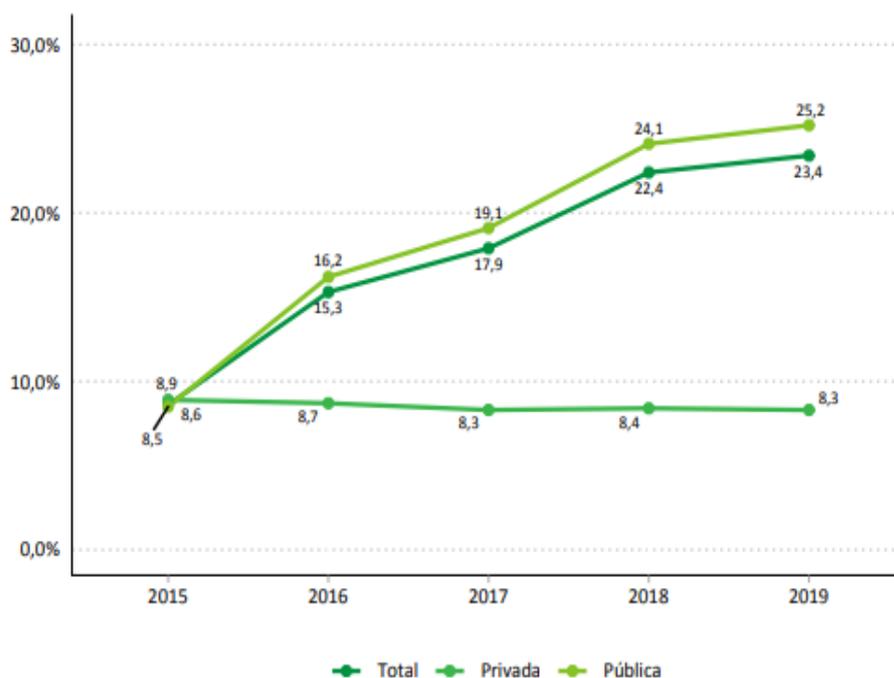
Nesta perspectiva, essa pesquisa se situa neste contexto, de modo específico, na 19ª Gerência Regional de Ensino (19ª GRE), onde se encontram as duas escolas deste estudo. Escola A (Tempo Parcial) e Escola B, a qual oferta o Ensino Médio no período integral e é a única instituição de tempo integral da gerência que participa da política de tempo integral, desde o ano de 2009.

Quando foi implementada a política no estado do Piauí, a seleção de professores ocorreu através de um processo de Seleção Simplificada de Remoção (Edital nº 02/2009), observando-se os requisitos abaixo:

1. Ser servidor (a) efetivo (a) do quadro de pessoal docente da rede estadual de ensino lotado nos municípios onde funcionarão os referidos Centros.
 2. Ter regime de trabalho de 40 horas semanais ou, tendo 20 horas, possuir disponibilidade para acréscimo de mais 20 horas.
 3. Não ter redução de atividade docente (carga horária) e, caso a tenha, estar ciente de que dela deverá, obrigatoriamente, desincompatibilizar-se, enquanto estiver lotado no Centro.
 4. Ter interesse em atuar de forma participativa e coletiva.
 5. Ter comprometimento em atender às determinações estabelecidas no Regimento Interno dos Centros Estaduais de Tempo Integral.
 6. Não estar respondendo a processo administrativo disciplinar, ainda que em outro órgão da Administração Pública.
 7. A permanência do servidor nos referidos Centros ficará sujeita a avaliação de desempenho.
- (PIAUI, Diário Oficial nº 15, Teresina, 23 de janeiro de 2009).

Em 2019, 23,4% dos estudantes matriculados no ensino médio enfrentaram uma jornada de 7 horas diárias ou mais em atividades escolares caracterizando-os como alunos de tempo integral. Em 2018, esse percentual era de 22,4%. A proporção de matrículas de tempo integral é maior na rede pública (25,2%) do que na privada (8,3%). Desde 2015, a proporção de matrícula da rede pública classificada como de tempo integral aumentou 16,7 pontos. (INEP, 2019). Isso demonstra que a política pública da Escola de tempo Integral vem avançando em número de matrículas nas escolas da rede estadual piauiense, consoante, fica evidente no gráfico 08.

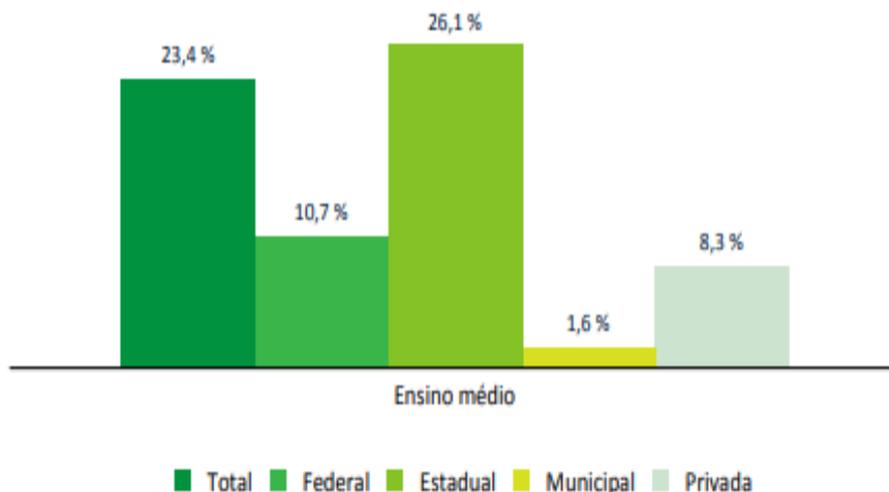
Gráfico 08: Percentual de matrículas de alunos em Tempo Integral no Ensino Médio por rede de ensino - Piauí - 2015 - 2019



Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. (2019)

Em relação ao percentual de matrícula de estudantes na modalidade Tempo Integral no ensino médio, verifica-se, no quadro 09, que 26,1% dos estudantes da dependência administrativa estadual têm acesso ao ensino em tempo integral. Embora algumas iniciativas de educação integral ofereçam uma jornada diária de 7h, é importante mencionar que nos Centro de Ensino em Tempo integral do Piauí, a jornada diária é de 9h. (BRASIL, 2011).

Gráfico 09: Percentual de matrículas de alunos em Tempo Integral no ensino médio por dependência administrativa - Piauí - 2019



Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. (2019)

Na política pública de escolas de tempo integral há uma gama de fatores internos e externos, ligados principalmente à infraestrutura das escolas que impactam nos resultados de aprendizagem. Portanto, uma das ações necessárias à implementação da política de Tempo Integral nas escolas piauienses, foi a adequação da estrutura física das escolas, através da reforma e/ou construção de espaços para as atividades pedagógicas, esportivas e culturais, como quadras cobertas, banheiros com chuveiros, refeitórios, laboratórios. Contudo, este não é o foco deste estudo uma vez que está limitado a mapear o percentual de adequação da formação docente em uma escola de tempo integral e compará-lo com uma escola de tempo parcial.

Para concluir esta seção abordaremos com mais detalhes os dados das duas escolas em estudo. As escolas pesquisadas localizam-se em bairros de periferia da capital teresinense, sendo escolas urbanas e ofertam o ensino médio regular. A escola A (tempo parcial) oferta o ensino médio, com atendimento nos três turnos de funcionamento. A escola B (tempo integral) oferta apenas turmas de ensino médio na modalidade Tempo Integral. Em 2019 a escola A apresentou uma matrícula total de 845 estudantes nas três séries componentes do ensino médio regular, distribuídas em 358 matrículas na 1ª série, 277 matrículas na 2ª série e 210 matrículas na 3ª série. A escola B apresentou, no mesmo ano, uma matrícula de 347 estudantes nas três séries componentes do ensino médio, das quais 120 estudantes estão matriculados na 1ª série, 118 alunos estão na 2ª série e, 109 discentes na 3ª série do ensino médio na modalidade Tempo Integral. Ao compararmos os indicadores de fluxo escolar no ensino médio entre 2015 e 2019 das duas escolas, percebe-se que a escola A apresenta uma elevação na aprovação de 66,3% em 2015 para 81,2% em 2019, e uma redução das taxas de reprovação, que saiu de 23,0% em 2015 para 15,4% em 2019, e de abandono escolar que diminuiu de 10,7% em 2015 para 3,4% em 2019. Enquanto isso a escola B apresenta um

crescimento pouco significativo da sua aprovação de 96,3% em 2015 para 96,8% em 2019; a taxa de reprovação saiu de 3,4% em 2015 e atingiu 3,2% em 2019. Além de extinguir a taxa de abandono que diminuiu de 0,3% em 2015 para 0,0% em 2019 (INEP, 2019). Uma possível inferência, ao analisar esses dados é que a escola B introduziu ações de combate ao fracasso escolar que agiram com certa eficácia.

4 ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DO PIAUÍ 2015-2019 (ENSINO MÉDIO)

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nº 9394/96 determina em seu artigo 62 que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 1996).

Desta forma o Indicador de Adequação da Formação Docente (AFD) é um indicador que assume uma função importantíssima quando se considera a formação inicial do professor que atua na educação básica, porque a formação adequada ao docente deve ser em curso superior de licenciatura. No entanto, quando analisado no universo das escolas de Tempo Integral, ele pode assumir valores abaixo do esperado, pelo fato de algumas Atividades Complementares serem regidas por profissionais com formação, que não necessariamente de nível superior, como por exemplo, um instrutor de capoeira ou outros oficineiros. O indicador foi utilizado para análise da adequação da formação docente no Ensino Médio nas duas escolas pesquisadas e uma das hipóteses iniciais dessa pesquisadora, era que na Escola B, por ser de tempo integral, o percentual de docentes com formação superior era maior que na Escola A (tempo parcial). É determinado, a partir da relação entre a área de formação do professor e a disciplina que ministra, segundo tabela de classificação dos docentes em exercício na Educação Básica considerando sua formação acadêmica e a(s) disciplina(s) que leciona. Essa classificação é distribuída de acordo com a configuração a seguir:

Grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Grupo 2 - Docentes com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Grupo 3 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona.

Grupo 4 - Docentes com formação superior não considerada nas categorias anteriores.

Grupo 5 - Docentes sem formação superior. (INEP, 2014)

É importante pontuar que a categorização segue a orientação dos dispositivos legais e normativos relacionados ao tema e, apresenta diferentes possibilidades de agregação dos dados para construção do indicador a partir das informações coletadas pelo Censo Escolar da Educação Básica (dados sobre a formação de docentes, turmas em que atuam e disciplinas que lecionam, além de dados sobre os alunos, turmas e escolas).

Esse documento possibilita aos diferentes sistemas de ensino melhores condições para planejar ações formativas capazes de superar os desafios da formação adequada do seu corpo docente. Isso porque para os diferentes grupos a ação necessária de qualificação exigiria diferentes estratégias, uma vez que a organização das categorias considerou as diferentes experiências em exercício e a carga-horária necessária para a integralização da formação do docente.

O Resumo Técnico do Estado do Piauí (2019, p.41) exhibe o registro de 45.357 docentes na educação básica, dos quais, a grande maioria, atua nos anos finais do ensino fundamental (38,5%); nessa etapa, encontram-se 17.475 docentes. Em relação ao Ensino Médio o percentual fica um pouco abaixo desse número, visto que se tem 10.964 professores, o que representa 24,17% do total. O gráfico 10 apresenta a série histórica (2015-2019) do número de docentes na educação infantil, anos iniciais, anos finais e ensino médio, cujas variações usualmente acompanham a demanda de matrículas de cada etapa.

Gráfico 10: Evolução do número de docentes por etapa de ensino - Piauí - 2015 - 2019

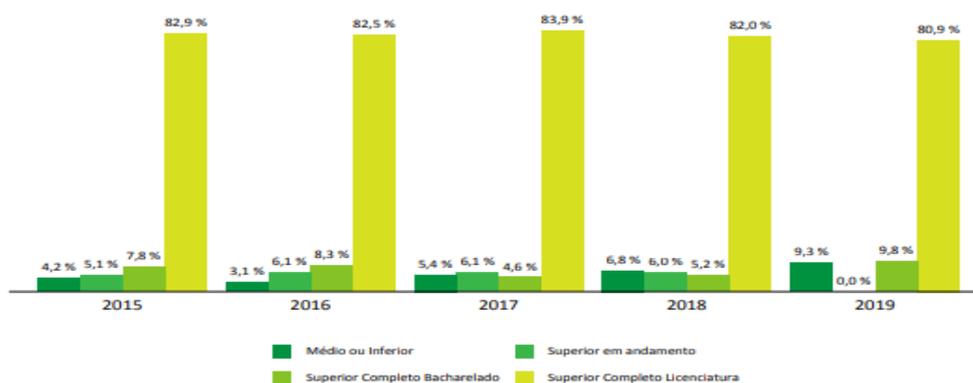


Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. (2019)

É válido pontuar que um total de 10.964 docentes atuou no ensino médio em 2019. Desse montante, 90,7% apresentam formação com nível superior completo (80,9% em grau acadêmico de licenciatura e 9,8%, bacharelado), conforme dados disponibilizados no Resumo Técnico do Estado do Piauí. (INEP, 2019).

O gráfico 11, mostra a escolaridade dos professores do ensino médio do Estado do Piauí, no período de 2015 a 2019; nele é possível verificar uma estagnação no percentual de professores com curso superior de licenciatura, com a redução 0,4p.p de 2015 para 2016; em 2017 há um acréscimo de 1,4 p.p; porém, a partir desse ano, observa-se uma queda de 3,0p.p no indicador AFD. Merece destaque, o percentual de 9,3% de professores no ano de 2019, com formação de nível médio ou inferior, o que provavelmente decorre do aumento no número de escolas com tempo integral, que conseqüentemente não exigem professores com formação superior para as atividades complementares.

Gráfico 11: Escolaridade dos docentes do Ensino Médio - Piauí - 2015 - 2019



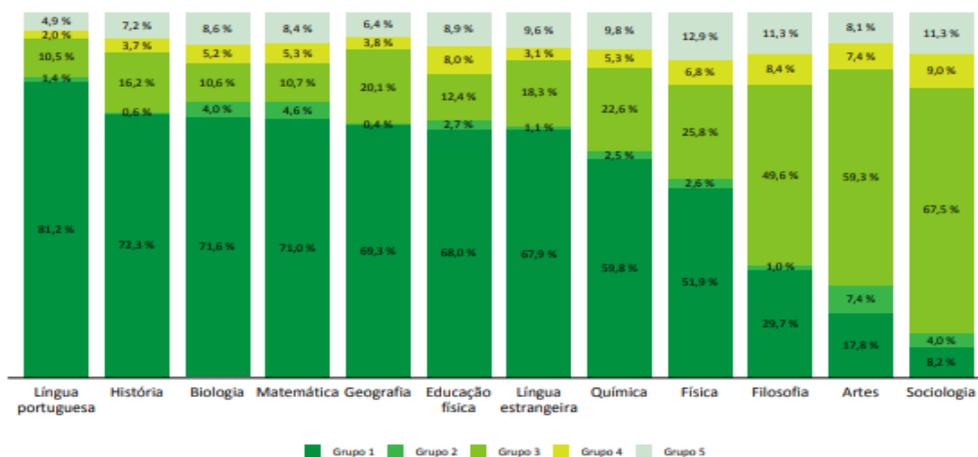
Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. (2019)

A partir da análise da base de dados disponibilizada no Portal do INEP, percebe-se que esse é um dos grandes desafios que a educação pública precisa avançar, uma vez que o índice demonstra que do percentual de docentes que atuam na educação infantil, 61,9% dos professores apresentam formação de nível superior (licenciatura ou bacharelado com ou sem complementação pedagógica) na mesma área que leciona, enquanto há 15,7% que não apresentam formação docente. Já nos anos iniciais do ensino fundamental esse percentual alcança 72,7% para professores com formação superior na área de atuação e 12,5% sem formação docente. É um número bem expressivo se for comparado com o resultado dos anos finais, visto que apenas 52,0% dos profissionais tem formação superior na mesma área de atuação. No ensino médio, observa-se que 66,6% dos professores apresentam formação superior nas mesmas áreas da disciplina que ministram e para 30,9% dos docentes a formação não está adequada à área de atuação. (INEP, 2019).

No cenário estadual a situação é ainda mais crítica, uma vez que na educação infantil temos 54,5% de professores com formação superior na área de atuação e 26,5% sem formação docente; nos anos iniciais o quadro não difere muito, aparecem 55,5% dos professores com formação superior específica na área de atuação e 18,6% sem formação; merece atenção a diferença entre o resultado do país e o índice do estado que ainda está muito abaixo do desejável. O que também pode ser constatado nos anos finais do ensino fundamental, com apenas 38,2% dos professores com formação docente na área de atuação e 13% de profissionais sem formação docente. No ensino médio os índices estão melhores, pois 58,3% dos docentes têm curso superior (licenciatura ou bacharelado) específico para a área em que lecionam, no entanto ainda há 31,8% de docentes com formação diferente da área de atuação e 9,9% sem formação superior, mas ainda não é considerado ideal.

De acordo com o indicador de adequação da formação docente para a etapa de ensino em questão, o pior resultado é observado para a disciplina de sociologia. Das disciplinas de sociologia declaradas nas turmas de ensino médio, apenas 8,2% são ministradas por professores com a formação adequada (grupo 1 do indicador). O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado para a disciplina de Língua Portuguesa, com percentual de 81,2%, o que pode ser verificado, no gráfico 12. (INEP, 2019. p.50)

Gráfico 12: Indicador de adequação da formação docente para o ensino médio - Piauí - 2019

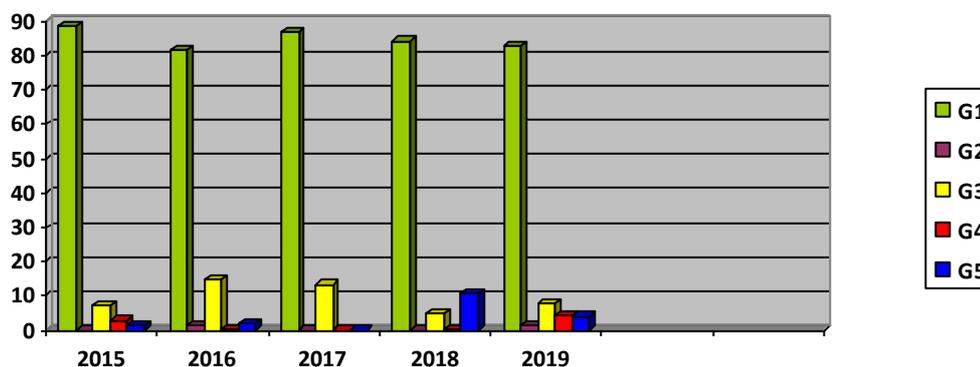


Fonte: Elaborado por DEED/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica. (2019)

Uma análise mais detalhada do gráfico 12, revela que a rede estadual tem um grande desafio sobre a implementação de políticas de formação inicial de professores para componentes curriculares das Áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, nos quais os percentuais de docentes com formação em Física (51,9%) e Química (59,8%), porém mais crítico ainda é o percentual de professores em nível superior de licenciatura para Filosofia (29,7%) e Artes (17,8%).

Quanto à série histórica do ano de 2015 a 2019 na Escola A (tempo parcial), os percentuais podem ser mais bem visualizados no gráfico 13, a seguir.

Gráfico 13: Percentual de docentes por grupo de adequação da formação à disciplina que leciona no ensino médio na Escola A (tempo parcial)

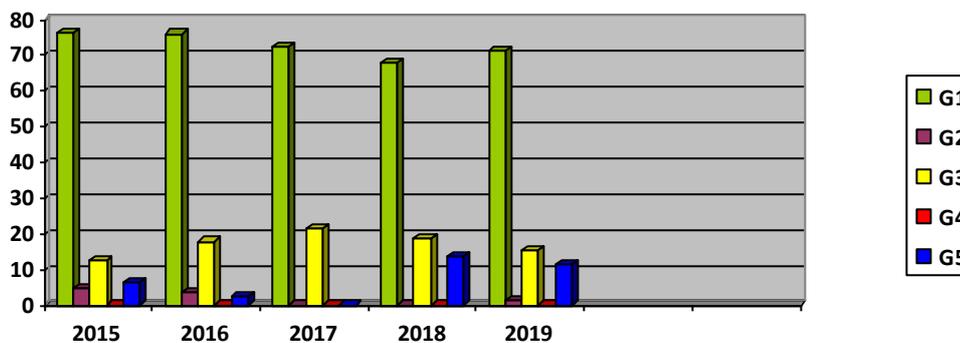


Fonte: Produção própria a partir dos dados disponíveis Inep. (2019)

Nota-se que o percentual de adequação da formação docente por grupos de classificação apresentou uma queda, pois no ano de 2015, verificou-se que 88,5% dos professores tinham formação superior na mesma área de atuação. Porém no ano de 2016, caiu para 81,4%; em 2017 novamente avançou para 86,7% e desde então está em queda. Outro dado que chama atenção também é o percentual de 14,7% (2016) e 13,3% (2017) ligado ao quantitativo de docentes do G3 (docentes com formação diferentes da área de atuação da disciplina que ministram), e ainda 10,8% de professores sem formação superior (2018).

Em relação ao indicador da adequação da formação na Escola B (tempo integral), os percentuais podem ser observados no gráfico 14.

Gráfico 14: Percentual de docentes de por grupo de adequação da formação à disciplina que leciona no ensino médio na Escola B (Tempo Integral).

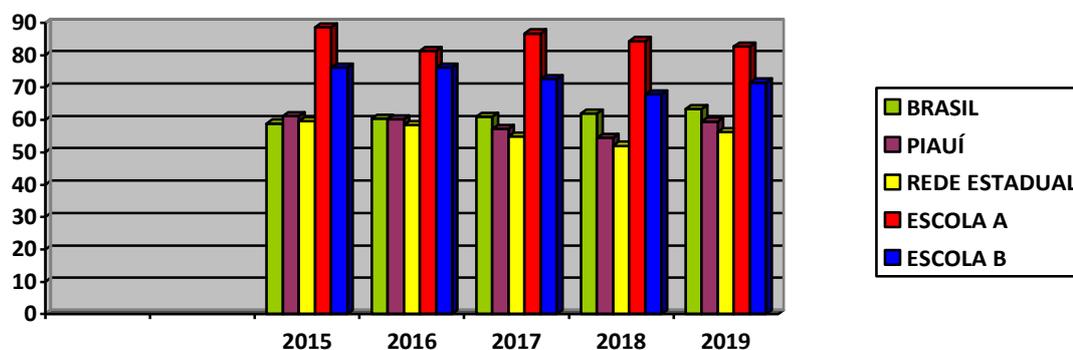


Fonte: Produção própria a partir dos dados disponíveis do Inep. (Ano2019)

No ano de 2015 a Escola B alcançou 76,2% de docentes com formação superior na mesma área da disciplina que ministra; entre os anos de 2016 (76,1%) e 2018 (67,8%) ocorreu uma queda nos índices, mas em 2019 o indicador teve um acréscimo, atingindo 71,5%. Pontua-se também os percentuais de professores com formação superior diferente da área da disciplina que ministram, com uma reta ascendente entre os anos de 2015 (12,7%) e 2017 (21,4%); enfatiza-se que o percentual de 13,6% (2018) de professores sem formação superior. Embora seja um dado aparentemente preocupante para a gestão da escola, é importante frisar que este percentual pode estar relacionado a quantidade de professores de atividade complementar e/ou oficineiros, o que refuta a hipótese inicial de que na escola de tempo integral o percentual de AFD poderia ser maior que nas escolas de tempo parcial.

O Gráfico 15 apresenta uma análise comparativa do indicador AFD na série histórica de 2015 a 2019. Observou-se o comportamento do indicador, em relação ao cenário brasileiro, piauiense, rede pública estadual e das duas escolas objeto da pesquisa.

Gráfico 15: Porcentagem de docentes com nível superior das escolas A e B entre os anos de 2015 e 2019



Fonte: Fonte: Produção própria a partir dos dados disponíveis do Inep. (Ano2019)

Pela análise do Gráfico 15, percebe-se que a maioria dos professores, em ambas as escolas, no intervalo de tempo analisado, possuem ensino superior completo. É importante destacar que os valores são superiores aos índices do Brasil, do estado do Piauí e da rede estadual. Esse percentual na escola A, embora esteja oscilando, é sempre superior a 80%. Na escola B, observa-se que o melhor percentual foi no ano de 2015, quando 88,6% dos docentes apresentavam ensino superior completo; no ano de 2016, esse percentual foi o menor observado em toda a série histórica 81,4%, no entanto, ficando acima dos índices nacional e estadual. Isso permite concluir que ambas as escolas estão fazendo um esforço para a lotação de docentes com o perfil exigido pela LDB nº 9394/96, visto que possuem a maior parte de seus docentes no grupo 1, o que é positivo, para o processo de ensino e aprendizagem. Esses docentes, em tese, possuem maiores conhecimentos técnicos e metodológicos para o ensino das disciplinas em que atuam. Inferindo-se que quando isso não acontece é pela falta de profissionais disponíveis.

5 CONCLUSÃO

Analisando os dados acerca do indicador de adequação da formação docente, no período de 2015 a 2019, constata-se que em nível de Brasil, avançou-se positivamente 4,4 pontos percentuais, saindo de 58,9% (2015) para 63,3% (2019) de docentes com formação em nível superior na mesma área da disciplina que lecionam. No entanto, no cenário piauiense,

houve uma queda de 7,7 pontos no indicador, com 62,1% (2015); volta a crescer atingindo 54,4% (2018), todavia o percentual não supera a média nacional.

Outro ponto que merece destaque na pesquisa realizada nas escolas, relaciona-se ao indicador AFD da “Escola A”. Embora seja uma escola de ensino médio de tempo parcial, os percentuais de professores com formação específica na área e/ou disciplina de formação são superiores aos dos professores da escola de tempo integral “Escola B”. Comparando os índices do Brasil, do Piauí e da rede estadual, verifica-se que os resultados são superiores, o que indica que a “Escola A” prioriza a lotação de professor na sua área de atuação, desta forma, é provável que potencialize a qualidade do ensino e garantia de aprendizado dos estudantes. Porém, mais uma vez, é preciso lembrar que as escolas de tempo integral podem apresentar nos seus quadros professores sem formação superior para ministrar as oficinas das atividades complementares. Refutando a hipótese inicial da pesquisa.

Logo, conclui-se que este estudo apresenta limitações por considerar apenas o indicador de adequação da formação docente na escola de tempo integral. Uma investigação dessa natureza precisa levar em conta todos os outros fatores direta e indiretamente ligados à concepção de educação integral e/ou tempo integral, o que não era o propósito desta pesquisadora neste artigo, mas em outras oportunidades, recomenda-se retomar essa discussão de forma mais aprofundada e pontual.

De acordo com as análises dos dados, afirma-se que as escolas de ensino médio, objeto dessa pesquisa, estão no caminho certo para garantir o aprendizado de qualidade para os estudantes matriculados, porque embora, não tenha sido objeto desse estudo, mas apresenta resultados de desempenho dos estudantes em avaliações externas (SAEB, SAEPI, ENEM) superiores a maioria das escolas da rede. É imprescindível que os professores lotados nessas escolas apresentem formação na área específica de atuação. Ressalta-se a importância de implementação de políticas de formação inicial para docentes de Filosofia, Artes, Física e Química ou ainda licenciaturas direcionadas aos professores de atividades complementares, através de uma parceria com o Governo Federal, via PARFOR/UAPI.

Como propostas de estudos futuros, sugere-se um estudo mais aprofundado, evidenciando os indicadores de desempenho das escolas pesquisadas em avaliações externas, ou ainda analisar outros fatores contextuais associados ao desempenho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

_____. **Decreto nº 7.083**, de 27 de janeiro de 2010. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. **Portaria normativa interministerial nº- 17**, de 24 de abril de 2007. Ministério da Educação e Cultura, 2007.

_____. **Lei nº 12.796**, de 04 de abril de 2013. Disponível em https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30037356/doI-2013-04-05-lei-n-12-796-de-4-de-abril-de-2013-30037348. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

CARMO, Erinaldo Ferreira do. *et al.* In: Um estudo da relação entre a adequação na formação docente e o desempenho escolar no Ensino Médio regular. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**. Recife, v. 1, n. 1, p. 11 - 32, 2015. CAp UFPE.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. **Formação docente e desempenho discente na educação básica**. 2018. Xi, 205f; Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em <https://repositorio.unb/handle/10482/32141>. Acesso em: 12 de set. de 2020.

Escola A; Escola B. Disponível em <https://www.qedu.org.br/cidade/4826-teresina/censo-escolar>. Acesso em 27 de mar. de 2021.

FILHO, L. N. F; ABREU, M. C. A. de; NETO, F. E. P. Análise de indicadores docentes em escolas de alto e baixo desempenho da rede pública estadual do Ceará. In: **Revista IMPA**. Fortaleza, v. 1, n. 1, e020001, 2020. <https://revistas.uece.br/index.php/impa>

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil**: Inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAWRYSZEWSKI, B. **Tempo Integral**: mais uma solução para o ensino médio? Disponível em Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, v.18, n.3 [77], p.826-843, jul./set. 2018.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. “É imprescindível educar integralmente”. In: Educação integral. **Cadernos Cenpec**. São Paulo, nº 2. p. 77-85, segundo semestre de 2006.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **CADERNO DE CONCEITOS E ORIENTAÇÕES DO CENSO ESCOLAR 2019**: Matrícula Inicial. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2019/caderno_de_conceitos_e_orientacoes_censo_escolar2019_versao_final.pdf. Acesso em: 10 de mar. de 2021.

_____. Geografia da Educação Brasileira. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. – Brasília: O Instituto, 2000. Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/geografia_da_educacao_brasileira.pdf. Acesso em: 20 abr. de 2020.

_____. NOTA TÉCNICA – INDICADOR DA FORMAÇÃO DOCENTE LEGAL. INEP, 2014. Disponível em http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf. Acesso em 15 de ago. de 2020.

_____. Painel Educacional Estadual (PI). Brasília, DF. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-ainformacao/dados-abertos/inep-data/painel-educacional> , Acesso em: 11 mar. de 2021.

_____. Taxas de rendimento 2019. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento> Acesso em: 11 de mar. de 2021.

_____. Resumo Técnico do Estado do Piauí: Censo da Educação Básica Estadual 2019 [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. p.83. Acesso em: 28 de ago. de 2020.

PIAUI, Diário Oficial nº 15. **Edital nº 02/2009**. 23 de janeiro de 2009. Disponível em <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario/200901/b93ef8caeb1a25e.pdf>. Acesso em: 27 de mar. de 2021.

PONTES, L. A. F. **Indicadores educacionais no Brasil e no mundo**: as diversas faces da educação. Disponível em: <http://central.caeduff.net/arquivos/indicadores-educacao.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2020.

Portal Secretaria de Estado da Educação e Cultura Piauí. SEDUC PI. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. de 2009.